



Alterações fiscais constantes prejudicam a economia

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dnoticias.pt

As alterações anuais do quadro fiscal português são prejudiciais à economia e à competitividade nacional. Esta é a conclusão de José Carlos Marques, da direcção da Ordem dos Contabilistas Certificados que defende uma estabilidade fiscal que garanta, pelo menos, cinco anos com o mesmo quadro de impostos.

Foi precisamente sobre as alterações fiscais para 2017 que a Ordem promoveu, ontem, uma acção de formação, na Sala Ursa Menor, do Madeira Tecnopolo, sobre "Orçamento do Estado - Aprofundamento das mais recentes alterações fiscais". Cerca de 400 contabilistas participaram numa iniciativa que, ao nível nacional, deverá atingir 22 mil profissionais.



Contabilistas em acção de formação sobre o OE2017. FOTO JOANA SOUSA/ASPRESS

José Carlos Marques, da direcção da Ordem destaca, neste evento, as informações sobre as alterações ao IRS, IRC e IMI. Para este ano, as novidades não serão tantas como em anos anteriores, mas há algumas mudanças polémicas, sobretudo ao nível do IMI.

“Não há grandes alterações de fundo, nos últimos anos é uma das situações em que houve menos alterações. No IMI há alguma polémica, sobretudo nas questões relacionadas com as sociedades porque inicialmente estava previsto que também teriam uma dedução mas não vão ter”, esclarece.

O dirigente da Ordem dos Contabilistas Certificados reconhece que as sucessivas alterações no quadro fiscal não são benéficas para a economia.

“Enquanto houver esta diversidade de alterações, o tecido empresarial

não pode planificar. Contam com uma coisa este ano e daqui por dois ou três anos pode ser outra”, lamenta.

Alterações fiscais que, garante, têm “muitos efeitos na competitividade do país”.

José Carlos Marques reconhece que o modelo fiscal português é “muito mais político do que técnico porque visa, sobretudo, arrecadar receitas”.

A Ordem dos Contabilistas Certificados pretende manter as acções de formação que incluem a Região. “Acções mais sectoriais, mais específicas”, sublinha.

A formação sobre as alterações de impostos que constam do Orçamento de Estado de 2017, teve como principal orador Domingos Fernandes, especialista em Direito Fiscal que deu particular atenção às novas regras do IMI.